

António Farinhas Rodrigues<sup>1</sup>

PODE ALGUÉM SER QUEM NÃO É? – breviário para a possibilidade europeia

*Irmão!... Tu falas as palavras de uma nação poderosa. E eu sou uma sombra, mal te chego aos joelhos. O meu povo está disperso, a desaparecer. Quando eu grito, ouço a minha voz perder-se nas profundezas da floresta, mas não há voz nenhuma que me dê resposta – tudo é silêncio ao redor. Por isso as minhas palavras são poucas. Nada mais posso dizer.*

Teri McLuhan (2000:137)

## INTRODUÇÃO

A presente comunicação procura desencontrar-se do silêncio, outrora ensurdecedor para o índio colonizado, hoje palpado por um desencantamento que se metastaseia num labirinto ocidental de múltiplos contornos, de múltiplos destinos, politicamente mediados. Os cientistas sociais e políticos nunca se desenganaram da idiossincrasia de liderança, procurando acolher criticamente as questões que apareciam nos processos de deliberação governativa. Os antropólogos não os acompanharam senão até há bem pouco tempo. Associada recorrentemente ao período colonial, e “escrava” da politização imperial nas ex-colónias, a antropologia manteve um certo distanciamento face ao político ocidental moderno. Hoje, tal hiato pode revelar-se uma cómoda arma na deslinda das construções do poder e na análise da organização e institucionalização, pelo que todo o estudo comparativo com a ordem política de sociedades não ocidentais se apresenta recolocado (cf. Abélès e Jeudy, 1997:20 e ss.).

Por um lado, os efeitos práticos e simbólicos da desterritorialização, da mudança de escala dos novos lugares de poder e dos referenciais culturais, fazem-nos questionar do essencialismo afecto ao estado-nação, credor de uma reinscrição dos espaços pós-

---

<sup>1</sup> Antropólogo e Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

coloniais num mundo capitalista tardio que escapa a uma naturalização fronteiriça do mesmo estado-nação. Por outro lado, a invenção de um tipo de identidade colectiva, que continua a ser usado pelos cientistas sociais nos estudos nacionais, da comunidade imaginada porque criada, parece antes rever-se a um nível europeu como uma “comunidade fabricada”, porque “falsa” (Gellner in Neveu, 1997:71-2). Esta questão deve ser incisiva, quando colocada na comparação entre instituições europeias e instituições nacionais: é necessário esclarecer que o sentimento de pertença apregoado pelo “nacionalismo imaginado” de Benedict Anderson, não se pode rever numa análise tautológica de um hipotético “europeísmo redentor” ensaiado comumente pelas instâncias governativas. Se é verdade, como afirma Ernest Gellner, que é o nacionalismo que inventa as nações, então a fabricação de uma intersubjectividade de experiências e valores, de um sentimento de pertença e origem comum, e de um conduto comunicativo transversal, não conflui numa mesma visão da Europa por todos os europeus.

Em muitas das suas vias processuais, as instâncias governativas são intensamente racionalizadas. Tanto a instituição máxima de soberania como os partidos políticos são altamente burocratizados e a linguagem do debate é muitas vezes utilitarista. Outrossim, o facto político é carregado de expressões e teatralizações de um racionalismo mais ou menos “carismático”, carregado de ritos “consensuais” ou de “afrontamento” (Abélès et Jeudy, 1997:252-6), com o objectivo de moldar uma vasta identidade colectiva que não se coaduna, na maior parte das vezes com a concircunstancialidade da identidade individual. Com o pulular de informações atreito a uma globalização realizada, é a imagem que resta constitutiva do poder político real, e tal poder pode forjar-se em grande parte no jogo do espectáculo e do mediatismo. Mas quando estão em jogo questões imponderáveis (como são a questão do Iraque, ou a da ratificação de uma Constituição Europeia, que transportam o germe da fractura estrutural), a política acaba por sofrer a perda dessa validação absoluta e confiante, que é o destino infável dessas sociedades corroídas pelo espírito racionalista.

Como poderemos jogar com o conflito identitário aduzido das poucas palavras que no quotidiano das instituições se invocam com relação ao “bem comum” europeu? Como se imbricam o presente e o futuro num projecto político que parece racionalmente incapaz de explorar os recursos acerca do seu passado? Poderá o indivíduo que se

Pode alguém ser quem não é? – brevíário para a possibilidade europeia

António Farinhas Rodrigues

dinamiza e é dinamizado dentro do espaço europeu, ser o europeu? Se o silêncio persegue sem contemplação este europeu, que percentagem grita o constrangimento?

## ANTROPOLOGIA DO PODER INSTITUÍDO

Através do desprendimento, a antropologia procura a análise das novas negociações a que os estados se submetem num novo espaço político, numa “engrenagem” (ver infra) que apresenta alguns sinais de oxidação, numa União Europeia que procura ainda, através de instituições de soberania ou de outros grupos de interesse, consolidar a armadura simbólica para um *telos* pan-identitário. A análise da presente dimensão política deverá assim admitir a diversidade de práticas sociais por comparação e encontrar, no tempo e espaço, a reflexão da coerência nas suas concepções sócio-culturais.

O realismo que assistiu às análises descritivas do sistema político administrativo europeu, permitiu-nos tomar consciência da complexidade do seu funcionamento. Sabemos hoje que esta ciência política “clássica” também se permite a uma articulação com uma forma de conhecimento mais situado nas instituições, nos actores e nos políticos da União Europeia (cf. Costa, 2000:134). Procurar-se-á então uma relação cada vez mais convincente no nomotetismo das ciências sociais. Todo o trabalho deste tipo, revisitando quer aspectos da sociedade ou da cultura, apresenta-se atento ao referencial político do contexto espacio-temporal em que se exhibe e precipita a teoria da prática de terreno (seja ele convencional ou novo), de forma a mediar como o cientista fala dos seres que o constituem; ou como ele dá realce ao carácter íntimo e subjectivo da experiência do trabalho de campo, no sentido de a conciliar com a dimensão analítica, objectivada ou exteriorizada dos enunciados construídos. Assim, a construção da antropologia, por relação à sociologia e à ciência política, que *ab initio* assentava sob distribuição teórica e espacial em áreas culturais (acabando por levar à evolução lenta da disciplina), admite hoje em dia uma maior diversidade de objectos de pesquisa. Como refere Marc Abélès, a distância do antropólogo é menos uma qualidade de objecto que uma qualidade de aproximação, seja em terreno longínquo ou próximo, e nesse sentido não se discute uma improvável resposta para a veracidade dos factos

culturais observados e a racionalidade das construções analíticas por vezes opostas (cf. Abélès cit. em Bellier, 2002:46-48).

A exegese sociológica do fenómeno político a nível nacional, bem como a análise do confronto de posições e ideias dos actores sociais, a identificação de espaços, símbolos e retóricas discursivas enquadradas em fenómenos sociais e económicos mais vastos, foi assaz produtora de colocação do discurso, da identidade formadores de cidadania nacional. Através do desprendimento a que esteve sujeita, a antropologia apercebeu-se de como nas sociedades modernas os fenómenos de centralização e personalização do poder imperam. O estudo do lugar do político, que se descreve num colorido mais próximo, pode apresentar-se como uma útil ferramenta para a abordagem analítica das instituições ou do exercício da cidadania, intra ou supranacionalmente, bem como da identificação de espaços, símbolos e retóricas discursivas enquadrados em fenómenos sociais, económicos e culturais mais vastos, que considero fundamentais na interpretação do mesmo fenómeno.

A dualização das sociedades ocidentais e a sua fragmentação tende a isolar um núcleo duro e grupos marginalizados. A crise do social é “naturalmente”, a diversos graus, a crise das instituições que estão ordenadas para comandar, de regular e de realizar as expectativas dos Estados-Providência ou o mercado e da livre concorrência. Todo o argumento que revisite quer aspectos da sociedade ou da cultura apresenta-se atento ao referencial político do contexto institucional onde se inscrevem práticas socioculturais extremamente complexas. De tal forma que não se devem esquecer enquadramentos multiculturais, desafiando o holismo teórico com constelações discursivas transdisciplinares que, na sua qualidade de experimentais, híbridas e complexas, se firmem na retórica dialógica, na hermenêutica diatópica e na reflexividade (cf. Santos, 2000).

O racionalismo na análise social, espécie de prática positivista ancorada mais no visualismo e menos na retórica, tornou-se num forte ideal filosófico e moral de codificação de regras de comportamento de uma civilização. Ordem, dualidade, simetria entendem-se como ingredientes fundamentais para a descoberta da verdade ou para a legitimação de princípios, de tal forma que a civilização possível se pinta com a racionalidade possível. A racionalidade possível, existindo oposta à tradição ou à emoção, é alérgica aos particularismos do quotidiano e ao habitus e não tem em linha de conta a diversidade, ainda que a prometa categorizada e rigorosa.

Procura-se o entendimento desta racionalidade moderna, de suporte científico, com uma tentativa de colocação do discurso, em tempos circunscrito nos seus modos e saberes, na paralaxe política entre quotidiano e instituições. A ascese da globalização hegemónica passa sem dúvida pela ciência moderna e ocidental, outrora atascada a fenómenos mecanicistas e exteriores que visavam manipular o mundo, depois confinada ao sujeito revelador do conhecimento multado (cf. Santos, 1987: 37-45), e agora, de novo, a aparente especificidade do objecto rumando uma categorização paradigmática. E é esta categorização que se impregna de silêncios, de admiráveis termos novos que revelam uma pedagogia do desinteresse pelas instituições. O espartilho de categorias de sentido, validade e valor para a análise do poder, não apaga todos os sinais de acções comunicacionais que são facultados pelo mundo da vida (ver Habermas, 1990:273), mas admite, através de armaduras mediáticas meta-teóricas, ilusões “bem fundadas”, ou pelo menos devaneios mal fundamentados.

Uma das hipóteses de criar (re)conhecimento, que se quer ao mesmo tempo global e local, existe através de processos de enunciação e articulação que permitem continuidades e descontinuidades em novas configurações de formas de conhecimento, de racionalidades e de jogos de linguagem ou formas de vida. A articulação permite relacionar esferas “que o pensamento moderno insistiu em separar: o epistemológico e o político, o cognitivo, o estético e o moral, o individual e o colectivo, o abstracto e o concreto, o geral e o particular, o sujeito e o objecto, a realidade e a ficção, o global e o local. Articular significa não só estabelecer ligações não-contingentes e necessárias como também criar os modos de lhe dar expressão ou de as enunciar” (Nunes, 2001:324).

Não obstante, a política é, de forma global, menos racionalizável do que a economia e muito menos que a cognição. A política do dia-a-dia é mais complexa, mas quando ocorrem conflitos graves e generalizados, sejam eles civis ou internacionais, o carácter da totalidade não negociável do conflito torna-se manifesto. Muitas vezes a situação é agravada pelo facto de não ser quem tem o poder, mas por que tipo de poder é exercido. Em caso de conflito, porque este não é só individual, mas também de ideias relativas à organização social, não se parece vislumbrar uma solução racional, “otimizada”, negociada (cf. Gellner, 1995:169).

Naturalmente, a pessoa, os indivíduos e os grupos sociais parecem não achar mais os motivos que justificavam a sua adesão às instituições políticas, sejam elas

legislativas ou executivas. Uma afasia pungente remodela os factos sociais mais ou menos marcados por uma hibridação entre o desenvolvimento voluntarista e legitimado, e apresenta hoje uma vulnerabilidade assustadora. As instituições começam a ser repostas em questão, não só ao nível do seu funcionamento, como também da sua legitimidade, sendo que esta última se intersecta com o germe do espectáculo, na medida em que é em grande parte a construção de significados e estórias e a mediatização dos mesmos que equilibram, ainda que precariamente, o lugar do político na lógica regulatória.

O pensamento social em volta destas dimensões deve contemplar “a possibilidade de textos convencionais e “cognitivistas”, passando pelo ensaio ou pela discussão teórica, à produção de objectos não-convencionais ou híbridos, associando as dimensões cognitiva, estética e moral, e recorrendo a diferentes media e tecnologias expressivas e de representação – diários, cartas, entrevistas, diálogos, documentários, panfletos polémicos, ensaios fotográficos, cinema, vídeo, ficção, arte conceptual, instalações, poesia, graffiti, etc.” (Nunes, 2001, 324). Assiste-se hoje a um “contexto polimórfico de destruturação-recomposição”, onde a análise dos particularismos e comparatividades culturais se revela pertinente pela compreensão da prática quotidiana nos campos do simbólico, do ritual e do imaginário (Bouvier,1997:203-205).

O trabalho de campo que realizei no Parlamento português foi abundante em situações que reconhecem de que forma o ‘deficit democrático’ não pode ser plasmado em termos puramente políticos ou institucionais, uma vez que põe em jogo a multiplicidade identitária reverberada de um meio radicular incessantemente diverso e activo, ancorado na interpretação e motivação individuais:

Uma manifestação organizada às portas do Palácio de S. Bento, no sentido de promulgar uma lei que contemplasse melhores condições de vida para os trabalhadores das pedreiras, comportava uma mescla de sentimentos que se iam quedando por terra, a par das beatas de cigarros nervosos. A curiosidade indiciou a minha infiltração na Assembleia ao lado de Henrique (trabalhador), que me ia pondo a par dos acontecimentos, gesticulando a mão estragada pela experiência. Depois das costumeiras indicações das forças da autoridade, lá nos encontrámos, sentados, aguardando a esperança de uma decisão sofrível para o futuro daqueles homens, mulheres e crianças que ansiavam um sorriso no retorno aos seus lares. De facto, a lei foi entretanto votada e aprovada. Assomado de uma estranheza, não assisti a qualquer manifestação eufórica de contentamento ou alguma voz de desprazer, até que o Henrique (ferido

Pode alguém ser quem não é? – brevíário para a possibilidade europeia

António Farinhas Rodrigues

da contenda pelo cansaço) me faz a seguinte questão: “Olha lá, tu que estás aí de bloco na mão... Então a lei foi aprovada ou não?” Ninguém naquela Galeria II tinha a certeza absoluta acerca da decisão.

Nota de campo (Rodrigues, 2003:46)

A submissão individual (ou familiar) ao aparelho de governação, que me é permitida por este excerto, resta ancorada à imagem ilusória de uma validade universal, de uma reflexão unívoca decorrente da transformação social e da contingência pessoal, num limiar que se revela absorto de realidade e subsumido ao valor da comunicação.

## AS NAÇÕES DA EUROPA

Precisamos de repensar a nação. Os processos de migração, deslocalização e desterritorialização são, em tempo de capitalismo tardio e de pós-colonialismo, formas que separam forçosamente a associação tipológica entre identidade, cultura e lugar. Akhil Gupta argumenta que as múltiplas redes espaciais, através das quais se assiste a uma decomposição da identidade devem ser reformuladas de forma a desessencializarem os discursos nacionalistas de autenticidade. A problematização da nação é sustentada por Gupta como uma consequência destas lógicas afectas à mundialização, pelo que assiste os ideólogos a repensá-la ao nível do Movimento dos Países não Alinhados ou da União Europeia, por exemplo (cf. Gupta, 2003).

Precisamos de nos pensar para além da nação. Dessa demanda, que se atravessa desde espaços supra-nacionais a registos locais de sociabilidade, aguarda-se a identificação de estruturas de sentimento (cf. Gupta, 2003:332) que se desenvolvam na relação centrípeta ao registo estatalista de base territorial (advindo dos Tratados de Vestefália de 1648). Os desvios deverão, acima de tudo, ter início na percepção da produção de localismos, e na forma como estes desafiam a estrutura compacta e isomórfica dos estados-nação, uma vez que representam uma dimensão preponderantemente dinâmica da vida social, com investida mais ou menos assegurada nos processos de formação de identidade individual. Abaixo de tudo, esses desvios dificilmente se coadunam com a construção de uma vasta identidade colectiva que congregue um espaço e um tempo, na revelação de uma memória colectiva e na produção de um lugar através dessas estruturas de sentimento, e que não procurem mais

a nação enquanto comunidade imaginada, mas que imaginem o que nos poderá fazer pensar para além dela (Appadurai, 2003:337).

Ora, a recorrência de desmedidos processos de governação à escala global inquieta a nossa imaginação. Indiciar-se-á, na qualidade de figurino, a retórica de escala supra-nacional, apresentada por Monnet, Schuman, Adenauer e Spaak, e que tomava como linha de acção a concentração progressiva em áreas específicas de “interesse comum”. Estas eram acompanhadas de reformas sucessivas que diminuiriam o poder dos estados membros à medida que iam sendo implantadas.

O objectivo do método de Jean Monnet era o de criar uma *engrenagem*, uma federação de estados membros através do modelo do estado-nação, promulgando a deferência de uma legitimidade democrática indirecta aos ministros nacionais que se reuniam em Conselho. Assim, os tratados da União Europeia criaram originalmente uma “Assembleia”, que consistia de delegados dos parlamentos nacionais dos estados membros. Essa Assembleia acabou por se autodenominar de Parlamento em 1962, animando as aspirações de se criar uma instituição de escala inter e intranacional e dessa feita genuína.

Apesar disso, as analogias que se criavam com as legislaturas nacionais eram difíceis de sustentar. À medida que se foi desenvolvendo, o raio de acção de uma instituição parlamentar de nível europeu não augurou a mais do que uma influência algo limitada em alguns processos orçamentais na União Europeia. A carência de uma constituição europeia desigualava (e desigualava até ao momento) as instâncias de poder efectivo sobre os estados membros. Nem a Comissão, o Conselho ou o Parlamento europeus terão constituído até à data uma alternativa, que não passe por uma armadura simbólica exangue que mereça mais do que meros comentários políticos, alguns empreendimentos públicos ou parco melindre público ao nível nacional e local. Não obstante, este termo não desmerece a vontade paradigmática de se criar um modelo de governabilidade. A partir de 1979, aquando das primeiras eleições pan-europeias directas para o Parlamento Europeu, a legitimidade democrática saíria reforçada, através da mobilização de votantes. Para além disso, as emendas políticas emitidas em tratados ajudavam a repensar e reiterar o poder pela convulsão de novas ideias para a eficácia representativa.

A precipitação das ideias europeias de comunidade no quotidiano desenrolou-se através de processos espacialmente reiterados e temporalmente identificados, mas nem sempre pacíficos ou de integração completa. O governo inglês já tinha recusado fazer

parte da CECA (Companhia Europeia do Carvão e do Aço) em 1950 e mais tarde, nos anos 1980, formulou a noção de “opting out” (cooptação), pelo que passou a estar associado ao poder central europeu, em vez de controlado por ele. Para além desta evidência historicamente balizada, as relações dos poderes supra-nacionais com os poderes locais nunca se efectivaram claramente. Segundo Fernando Ruivo, e aludindo aos territórios portugueses, “os poderes locais, tendem a limitar-se ao limbo do virtual. Isto é, não têm tido visibilidade, não têm tido subsistência, e quase que praticamente não têm existido em termos de construção da parte portuguesa da Europa” (Ruivo, 2004:2).

O Parlamento entende-se enquanto acolhedor (numa perspectiva extremada) do culto de uma identidade colectiva, que eiva a congruência dos estados membros nacionais, através de um quadro que se permita estender para além das reverências e referências nacionais ou regionais.

A este quadro deficitário, os percursos de uma ideia europeia soberana procuraram acrescentar medidas que promulgassem o reconhecimento da partilha de uma identidade colectiva. Uma das medidas mais discutidas pelos analistas é o princípio da subsidiaridade, que no sentido lato significa o investimento de autoridade ao nível mais baixo da hierarquia. Tendo a sua origem na Teoria Social Católica (apesar de se encontrarem princípios similares no pensamento calvinista), a subsidiaridade tem como propósito o de facultar protecção às instituições ou grupos de interesses privados em detrimento de uma diminuição do papel do governo como um todo. A criação deste arbítrio favorece a legitimação e representatividade de poderes deslocados, amparando o sentido federalista de sociedade como um todo, como um organismo composto por elementos julgados fundamentais pelo seu todo.

Da convenção regional de 1993, relevou-se um universo de compromisso. No sentido de se apurarem esforços para reduzir as disparidades regionais e flexibilizar um Mercado Comum, foram atribuídos subsídios a diversos países de forma a colmatar as suas necessidades, tanto a nível nacional como a nível local (Abélès, 2004:12). Através da neutralização e desconstrução da teoria política subsidiária, a Comissão é obrigada a recorrer à noção de interesse comum, favorecendo re-nacionalização do debate e uma depuração neofuncionalista que pejará de consequências uma governabilidade fortalecida (Smith, 1995: 51-6).

Corresponderá esta situação a uma falta de um projecto político comum? A consciência de uma pertença comum, ou da Europa como um bem comum, é constantemente assumida pelos líderes europeu sem exigência. As instituições, as formas de pensar e a gestão são reiteradas de forma “natural”, sem atender a necessidades específicas, que só serão colmatadas a nível nacional, através de uma filtragem mais ou menos conseguida às escalas nacional ou local de soberania.

O processo de desterritorialização não facilita necessariamente a criação de um espaço público de debate no parlamento europeu. Como na comissão, o contacto intercultural pode reforçar as barreiras nacionais em vez de gerar uma unidade identitária. Até os trabalhadores da comissão, mais do que os eleitos, sofrem de uma falta de referências e de perda de elaboração de um novo universo de representações.

#### À PROCURA DE LEGITIMIDADE comunicação

Não questionando os pressupostos da informação, um dos desafios principais será o de produzir uma forma de comunicação política que acolha os territórios europeus e a originalidade das suas instituições comuns. Habermas remete para o potencial da acção comunicativa uma orientação partilhada de enunciados comuns entre os diversos actores sociais.

A acção comunicativa é expressa por Habermas da seguinte forma: “the communicative contact through acts of speech without reservations, puts the orientation and the processes of action (...) under the structural limits of a intersubjectively shared language. These limitations impose a change of perspective: the actors must abandon the objectifying attention of a speaker that seeks to be in consensus with a second person about something in the world. Without this re-orientation, (...) they would not have access to the energy’s connections potential that exist in language” (Habermas, 1990:74).

A importância da hipótese da acção comunicativa prende-se com um procura activa de mecanismos de legitimação democrática de políticas, abarcando por um lado, a eficácia relativa da homogeneização de técnicas de linguagem que se percebem da mundialização e, por outro, a construção de um sistema reivindicativo que perpassa as

Pode alguém ser quem não é? – brevíário para a possibilidade europeia

António Farinhas Rodrigues

suas esferas de vida, admitindo uma articulação crítica e de debate público de cariz eminentemente emancipatório.

Aparentemente, é desta forma que a tentativa de legitimação de uma “ideia europeia” no conjunto das identificações pessoais se tem tornado cada vez mais dada ao entendimento.

Mas a questão da procura de legitimidade reside também na confusão generalizada entre as diferentes medidas de identidade.

## Identidade

A questão da identidade, que tem sido objecto de debate durante os últimos quarenta anos, justifica-se na procura de uma legitimidade para as instâncias europeias. A incidência analítica em volta do maior ou menor retorno dos indivíduos que praticam uma cidadania europeia tem sido enviesada pela conflitualidade, imanente a uma competição de escalas identitárias que, segundo Anthony Smith, convém discernir. A grande questão é a de que o fundamento de uma identidade política europeia não se coaduna com o pragmatismo do comando político das diversas questões que se assumem ao nível europeu, mas que não se subsumem no espectro nacional. Dessa forma, o conflito entre os propósitos de uma nação e os indivíduos que apresentam uma identidade solta ou maleável, torna-se mais situacional, mesmo que seja determinado por uma crise política (Smith, 1997:321-2).

O conceito de identidade cultural colectiva implica uma persistência de elementos, uma sensação de continuidade diligenciada pela memória e pela partilha de estruturas de sentimento comum, bem como uma crença colectiva num destino dessa unidade cultural. O exemplo que mais se aproxima hoje desse tipo-ideal de identidade colectiva é a ideia de nação. Por outro lado, a identidade individual é concircunstancial, ou seja, apresenta-se mais ou menos fluida, situacional e negociada espacio-temporalmente.

A distinção, que deve ser clara entre estes dois aparelhos de análise, implica que a mudança, a existir, se apresente mais facilmente absorvida ao nível individual do que ao nível colectivo. A justificação normativa para a crítica do poder ensaiada por Foucault passa por uma reflexão ilusória e unívoca entre a transformação social e a contingência pessoal. Os espectros dos corpos que carregavam sujeitos eram

subsumidos às tecnologias do poder, de tal forma que Gehlen, cujas motivações políticas eram opostas às de Foucault, mas cujo fundamento teórico se formava de uma mesma perspectiva, não fez segredo deste ponto: “Uma personalidade é uma instituição num caso singular” (Gehlen cit. In Habermas, 1990: 273).

Não se trata só de imaginar uma série de indivíduos que, subjugados às instâncias e tecnologias do poder, partilham um quotidiano ou um lugar diversos mais ou menos influenciados pela soberania imposta. De forma singular, retratada nalguns momentos da história ocidental e noutros momentos de etnologia em lugares diferentes, são os líderes hoje questionados pela partilha a que se submetem num quadro de governabilidade e pelo que um dia ousaram representar.

### Temporalidade

Para Abélès, a construção europeia apresenta pelo menos duas características originais: em primeiro, a história recente das instituições da pós-guerra mostra uma alternância entre acelerações e recuos<sup>2</sup>. Em segundo lugar, o processo da construção da Europa nunca está completo<sup>3</sup>. O que interessa entender, para além de descrever as instituições europeias e o seu funcionamento, é a forma como se imbricam o presente e o futuro num projecto político que parece incapaz de explorar os recursos acerca do passado (Abélès, 2004:3). A espectacularização do lugar político (cf. Rodrigues, 2003) revolve um presente imediato e um futuro indeterminado.

Aqui, “o papel da imagem é altamente ambíguo. Porque, ao mesmo tempo que exalta o acontecimento, o faz refém. Multiplica-o ao infinito e, simultaneamente, faz dele diversão e leva a cabo a sua neutralização. A imagem consome o acontecimento, no sentido em que o absorve e o dá a consumir. Não há dúvida, ela dá-lhe um impacto até aqui inédito, mas enquanto acontecimento-imagem” (Baudrillard, 2002:33-34). A banalização do acontecimento, justa consequência do processo de representatividade em narrativas de contingência política, vai ter que aguardar pacientemente a sua cristalização. Alguns optimistas pensam que o futuro ainda se está a construir e que a história do mundo, do mundo efectivamente planetário, só agora começa. O paradoxo é que ela começa no momento em que os sabedores nos fazem acreditar que ela se

---

<sup>2</sup> Não se pode descrevê-las como em processo linear que possa reflectir a aceitação progressiva de algo considerado como prioritário para as pessoas.

<sup>3</sup> “Um dia a Europa será uma entidade política unida” – visão dos pioneiros que contrasta com a contemporânea “mais tarde o espírito europeu irá triunfar”, assumindo-se uma visão mais céptica face ao futuro.

concretiza. Se o novo mundo se está para construir, não é adequado entendê-lo metaforicamente (cf. Augé, 2003:131-2).

#### OBJECT POLITIQUE NON IDENTIFIÉ (Jacques Delors)

É interessante notar como todos os líderes políticos nunca definem ou denominam o sistema político europeu como construído. A armadura simbólica à qual se ancora passa muito pela instituição, que se percebe como a metáfora da sociedade. De facto a instituição só existe como entidade cultural que mantém relações particulares com unidades da mesma ordem num sistema mais vasto. Se no nosso horizonte estiver uma aceção emancipatória de cultura, todo o encanto esquecido de um divagar por um mundo real deve coexistir com a ideia de testemunho articulado, da hermenêutica diatópica e da retórica em diálogo com o profundo contexto de destruturação-recomposição em que se encontra o lugar político e institucional.

Para que os cidadãos cedam a esta realidade era necessária uma discussão entre os membros do parlamento europeu. Se a multiplicidade de línguas aparece como um obstáculo para a comunicação (Abélès, 2004:7-10), supomos que os europeus das diferentes nacionalidades queiram comunicar. Mudando de uma linguagem política para outra significa simultaneamente lembrar toda a diversidade de tradição e histórias que pesam tanto sobre os estados membros. Enquanto os partidos políticos nacionais, juntando-se pelos seus objectivos, constituem grupos com objectivos políticos comuns no parlamento, eles confirmam também a existência de ideologias internacionais e de diversas famílias de pensamento. Apesar de tudo, a convergência entre o programa político e prática não apaga as diferenças dos métodos políticos e da cultura.

Sumariamente, os vários assuntos gerados pelos políticos europeus estão bastante próximos uns dos outros: primeiro, a dificuldade em comunicar uma visão homogénea da Europa e em desenvolver a cidadania europeia; em segundo, o défice do simbolismo e rituais europeus; em terceiro, a permanente demanda pela harmonia que deve ser concretizada através da produção de conceitos e noções comuns. “A assembleia europeia constitui portanto um laboratório privilegiado para o estudo das

relações entre diferentes níveis de governação dentro da UE, e para a relação dos fenómenos de recomposição dos poderes e da constituição de redes “diagonais” associando deputados europeus, responsáveis políticos nacionais, representantes ou eleitos de colectividades locais e regionais e porta-vozes de grupos de interesses” (Costa, 2000:135).

O assunto da identidade nacional está permanentemente presente: quando diferentes sistemas conceptuais e comportamentais se juntam, eles levam geralmente a uma percepção de incongruência; os sistemas não encaixam, dando uma ideia de desordem. Através dos seus trabalhos no Parlamento europeu (1992) e na Comissão (1996), Marc Abélès entende o desafio posto à Europa enquanto espaço de negociação identitária. Com a aproximação ao conceito de identidade individual situada de Anthony Smith, Marc Abélès fala-nos da eventualidade de uma identidade transaccional. A identidade transaccional vai ao encontro de uma desessencialização das entidades que se encontram ao nível das instâncias comunitárias. O conceito de transacção faz despontar *a forma como a identidade se torna negociada através de estratégias ofensivas ou não quando confrontada com o espectro de um relativismo generalizado* (Abélès, 2004:22-3) A concretização de uma análise que se aportasse a esta ideia implicaria uma fuga à obsessão pelo objectivo do “bem comum” enquanto objecto político indefinido, manifestando uma especial atenção aos indivíduos, que poderiam ou não partilhar interesses, motivações, objectivos comuns espacial e temporalmente delineados, mas que julgam, governam, negociam e representam, para um dia poderem ser quem ainda não são – europeus.

## BIBLIOGRAFIA

ABÉLÈS, Marc; *Identity and borders: an anthropological approach to EU institutions*, Milwaukee, Twenty-First Century Papers – University of Wisconsin, 2004

ABÉLÈS, Marc et JEUDY, Henri-Pierre (eds.); *Anthropologie du politique*, Paris, Armand Colin, 1997

APPADURAI, Arjun; *Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography* in LOW, Setha & LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (eds.); The anthropology of space and place, Oxford, Blackwell, 2003

AUGÉ, Marc ; *Le temps en ruines*, Paris, Galilée, 2003

BAUDRILLARD, Jean ; *O espírito do terrorismo*, Porto, Campo das Letras, 2002

BELLIER, Irène, *Du lointain au proche – Réflexions sur le passage d'un terrain exotique au terrain des institutions politiques* in GHASARIAN, Christian (dir.), De l'ethnographie à l'anthropologie réflexive – nouveaux terrains, nouvelles pratiques, nouveaux enjeux, Paris, Armand Colin, 2002

BOUVIER, Pierre ; *Institution, lectures, crises vers une socio-anthropologie des institutions* en ABÉLÈS, Marc et JEUDY, Henri-Pierre (eds.); Anthropologie du politique, Paris, Armand Colin, 1997

COSTA, Olivier; *Le parlement européen et le local: organisation des hommes et des intérêts* en Politique Européenne, 1, 2000

GELLNER, Ernest; *Razão e Cultura*, Lisboa, Teorema, 1995 [1992]

GUPTA, Akhil; *The song of the non-aligned world: transnational identities and the reinscription of space in late capitalism* in LOW, Setha & LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (eds.); The anthropology of space and place, Oxford, Blackwell, 2003

HABERMAS, Jürgen; *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Dom Quixote, 1990 [1985]

MCLUHAN, Teri; *A fala do Índio*, Lisboa, Fenda, 2000 [1982]

NEVEU, Catherine; *Anthropologie de la citoyenneté* in ABÉLÈS, Marc et JEUDY, Henri-Pierre (eds.); Anthropologie du politique, Paris, Armand Colin, 1997

NUNES, João Arriscado; *Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização* in SANTOS, Boaventura S. (dir.); Globalização – fatalidade ou utopia?, Porto, Afrontamento, 2001

RUIVO, Fernando; *O poder local português e a construção europeia* em Cadernos do Observatório dos Poderes Locais, 4, 2004

RODRIGUES, António Farinhas; *O espectáculo político contemporâneo: um estudo de caso no parlamento português*, Tese de Licenciatura em Antropologia, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa; *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência – volume 1*, Porto, Afrontamento, 2000

SANTOS, Boaventura de Sousa; *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento, 1987

SMITH, Andy; *Dés élites sans territoire : les commissaires européens* en Pôle Sud, 7, 1995 (pp. 48-56)

SMITH, Anthony; *National identity and european unity* in The question of Europe, London, Verso, 1997